

Sem dados, Conselho não fixa preço

O Conselho de Educação do DF não tem ainda como fixar os valores das mensalidades escolares "por lhe faltarem parâmetros como o reajuste dos professores que tiveram sua data-base em março último". Falta, ainda, decidir sobre os resíduos da fase de flexibilização do Plano Bresser. A informação é do professor Julio Gregório, presidente da Comissão de Encargos Educacionais do CEDF.

Ontem, o CEDF iniciou o estudo da Cartilha do MEC sobre mensalidades escolares, ensinando como calculá-las. O professor Julio Gregório alerta aos pais que fiquem atentos quanto aos valores, devendo comunicar-se com a Sunab, que autuará a escola em casos de abuso. O Colégio Dom Bosco é um dos que estão na mira da Sunab.

Afirma Julio Gregório que a questão dos aumentos das mensalidades está no resíduo da fase de flexibilização do Plano Bresser e que não foi repassado em Brasília para os meses de setembro a dezembro do ano passado. O Decreto nº 95.921 permitia o repasse para os meses de janeiro e fevereiro. A Cartilha do MEC reza que, para os meses de janeiro e fevereiro, além da variação da URP, o registro do item I do decreto poderá incorporar, se for o caso, até 70 por cento do percentual relativo à aplicação do excedente de que trata o Decreto-lei 2335/87.

O acompanhamento pelo CEDF dos valores cobrados pelos colégios de Brasília já levou à constatação de alguns desvios, como o praticado pelo Colégio Dom Bosco. Para o pré-escolar, a escola — que fechou o ano passado com uma mensalidade de Cz\$ 1 mil 965,51 — poderia estar cobrando Cz\$ 2 mil 188,98 em janeiro; Cz\$ 2 mil 437,87 em fevereiro; e Cz\$ 4 mil 326,85 em março. Mas as informações que o conselho reuniu, segundo Gregório, são de que foram cobrados valores bem superiores.